

DEBATE FAAP ESTADÃO



Candidata acusa comentarista de fake news que prejudica campanha

Tebet pede direito de resposta após comentário de apresentador

A Justiça Eleitoral determinou nesta quinta-feira (24) que a Rádio Pindamonhangaba (107,1 FM) apresente informações em ação movida por Simone Tebet(PSB), candidata ao Senado por São Paulo. Ela pede direito de resposta por comentário transmitido no dia 22, no qual um apresentador afirmou que “Tebet teria votado contra o aumento das penas para estupradores, abusadores e agressores de mulheres”. A candidata sustenta que a informação é falsa e afirma que seu mandato anterior no Senado terminou em fevereiro de 2023. A juíza Domitila Manssur determinou que a emissora confirme, em um dia, a data e o horário da veiculação e entregue a gravação. A rádio também terá um dia para apresentar defesa. O TRE-SP ainda não decidiu se concederá, ou não, o direito de resposta a Tebet. Depois, o processo seguirá para a Procuradoria Regional Eleitoral.

Projeto visa reajuste anual do Bolsa Família

Projeto apresentado pelo deputado federal por SP, Carlos Sampaio (PSD) propõe reajuste anual dos benefícios do Bolsa Família pela variação acumulada do INPC, na mesma data da correção dos benefícios do INSS. O PL 5.456/2026 também determina que o governo informe o índice usado, período de referência, eventual aumento real e impacto orçamentário. Hoje, a lei permite correções em intervalo de até 24 meses. A proposta foi protocolada nesta quinta-feira (24) na Câmara e ainda precisa passar pela tramitação legislativa.

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Texto é de autoria do deputado federal Carlos Sampaio (PSD)

TRE-SP reforça orientações para votação

O presidente do TRE-SP, desembargador Encinas Manfré, reforçou nesta quinta-feira (24) as orientações para o 1º turno das eleições, marcado para 4 de outubro. Ele recomendou que o eleitor leve uma “colinha” de papel com os números dos candidatos para agilizar a votação e reduzir filas. Manfré também chamou atenção para os dois votos ao Senado e lembrou que o celular não pode ser levado à cabine, como forma de preservar o sigilo do voto. A votação será das 8h às 17h em todo o Estado de São Paulo, seguindo o horário de Brasília.

Procon-SP oferece palestras gratuitas

O Procon-SP promove, a partir de 29 de setembro, uma série de palestras gratuitas sobre relações de consumo. A programação inclui economia comportamental, direitos do consumidor, ambiente digital e sustentabilidade. Os encontros serão online, das 14h às 15h30, com certificado. Em 7 de outubro, haverá ainda palestra presencial sobre orientação financeira, na sede do órgão, no bairro Liberdade, na capital.

Redes sociais da PM I

O TRE-SP negou pedido urgente da coligação Desperta São Paulo, liderada pelo PT, para retirar das redes sociais da Polícia Militar publicações sobre o lançamento do “Batalhão Bravo”, realizado em 22 de setembro. A ação, movida contra Tarcísio de Freitas(Repúblicanos), Felício Ramuth(MDB) e a coligação governista, aponta suposta publicidade institucional.

Redes sociais da PM II

O relator Ronnie Herbert Barros Soares afirmou que, nesta análise inicial, não identificou promoção pessoal de agente público nem referência a candidato, partido ou coligação nos conteúdos questionados. A decisão é provisória e não julga o mérito da ação. Os representados serão citados para apresentar defesa, e o Ministério Público Eleitoral será ouvido.

Operação do Gaeco I

O Gaeco do Ministério Público de São Paulo e a Receita Federal deflagraram nesta quinta-feira (24) a 3ª fase da Operação Carbono Oculto. Entre os alvos estão um diretor do Banco Genial e um executivo ligado ao Banco Master. A ação cumpriu mandados em São Paulo e outros estados para aprofundar a investigação.

Operação do Gaeco II

A nova etapa investiga a movimentação de recursos na compra da distribuidora Ter-rana. Segundo as autoridades, mais de R\$ 120 milhões teriam passado por empresas e contas intermediárias. A apuração busca identificar os responsáveis pelo dinheiro e pelo controle da companhia, com uso de fundos, holdings e empresas.

Casos de Leptospirose

O estado de São Paulo confirmou 347 casos de leptospirose entre janeiro e agosto de 2026, segundo dados da Secretaria de Estado da Saúde (SES-SP). Em 2025, foram registrados 451 casos ao longo de todo o ano. As regionais de vigilância com mais registros em 2026 são São Paulo, com 93 casos; Mogi das Cruzes e Campinas, com 34 cada; e Santos, com 33.

Mudança de Secretaria

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo transferirá seu gabinete para a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq-USP), em Piracicaba, no dia 8 de outubro. A mudança temporária ocorrerá durante a 69ª Semana “Luiz de Queiroz”. A medida foi determinada pela Resolução SAA nº 67, publicada nesta quarta-feira (24).

DIOGO ZACARIAS E CAIUÁ MAIA/DIVULGAÇÃO CAMPANHA TARCÍSIO DE FREITAS



Representados terão dois dias, após a citação, para apresentar defesa

Haddad acusa Tarcísio de usar QR Codes e perfis não declarados

Justiça Eleitoral negou qualquer punição imediata e vai analisar caso

Da **Redação**

A coligação Desperta São Paulo, do candidato ao Governo, Fernando Haddad (PT), acusa integrantes da chapa adversária e aliados de utilizarem propaganda eleitoral impressa com QR Codes que direcionariam eleitores para páginas não informadas à Justiça Eleitoral e hospedadas em domínio estrangeiro. O caso chegou ao Tribunal Regional Eleitoral(TRE-SP), que decidiu ouvir os envolvidos antes de analisar novamente um pedido para suspender a divulgação do material.

A representação foi apresentada contra os candidatos Adilson Barroso Bolsonarista(PL), Fabiana Bolsonaro (PL), Tarcísio de Freitas (Republicanos), Guilherme Derrite (PP) e André do Prado(PL).

Segundo a ação, os representados teriam participado de “uma estratégia conjunta de distribuição de material impresso por meio de mala direta não endereçada. As peças conteriam códigos QR que levariam o eleitor a endereços eletrônicos” que, conforme a acusação, “não teriam sido comunicados à Justiça Eleitoral”.

A coligação também questiona a origem dos cadastros utilizados na distribuição e aponta supostas irregularidades na coleta e no tratamento

de dados pessoais dos eleitores. A representação ainda cita transmissão de informações a terceiros, divulgação de conteúdo considerado descontextualizado e uso de imagem e voz de pessoa com direitos políticos suspensos.

No pedido de urgência, a coligação solicitou “a retirada de páginas e arquivos digitais, a interrupção do redirecionamento entre domínios, a suspensão da distribuição do material impresso e da coleta de dados e a preservação de registros digitais”. Também pediu que “os fatos fossem comunicados à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)”.

O relator, juiz Ronnie Herbert Barros Soares, indeferiu, por enquanto, a tutela de urgência. Na decisão, afirmou que “as acusações envolvem questões técnicas que precisam ser esclarecidas, como a origem e o fluxo dos dados, a transmissão de informações e a responsabilidade individual de cada representado”. O magistrado ressaltou que “a decisão não representa julgamento antecipado do mérito”. Os representados serão notificados para apresentar resposta no prazo legal, de dois dias. Depois das manifestações, os autos retornarão ao relator, que fará uma nova análise do pedido de urgência.